



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 031/2011
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às 09:34h (nove horas e trinta e quatro minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima vigésima primeira reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Adeldo Rohr, como Secretário ad hoc, em face de ausência justificada da conselheira-secretária Fátima Regina Carlos Saikoski. Estavam presentes os conselheiros titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eduardo kreuzer, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luís Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar. Aberta a sessão, passou-se imediatamente à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada com a retificação solicitada pela conselheira Maris. Frente aos diversos assuntos da pauta do dia, o presidente propôs que fossem protelados os informes para a próxima sessão do Conselho. O conselheiro Brum solicitou que seu informe fosse dado, pois a data do evento já estaria superada para informe na próxima sessão. Informou sobre o 4º Encontro Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), cujo evento será realizado no dia 21/10/2011, no Deville Hotel, em Porto Alegre, confederação essa à qual o SENGE possui filiação, e deixou alguns convites com a Secretaria do Conselho para os conselheiros que tiverem interesse no evento. Passou-se ao primeiro ponto da ordem do dia: apreciação do relatório do conselheiro Ricardo Zucareli Pulvirenti, processo nº 009.002254.11.5, que versa sobre o contrato sistema Econômica. O conselheiro fez a leitura do relatório, que teve a seguinte conclusão: *“Tendo em vista que as formalidades administrativas, legais e financeiras foram cumpridas; que existe a real necessidade da área de Investimentos do Previmpa acompanhar e tomar decisões de forma agilizada na questão das aplicações em fundos de ações e investimentos, somos favoráveis à contratação proposta no referido expediente analisado.”* O presidente colocou o assunto em discussão. Os conselheiros fizeram alguns questionamentos ao relator, quais sejam: *“Se esta é a ferramenta mais adequada às necessidades do PREVIMPA; Como a PROCEMPA se insere neste contrato; Se houve majoração no valor do contrato; Por ter sido inserida nesse novo contrato a cláusula de renovação, qual será o indexador do reajuste.”* O relator explicou que consta no processo ser esta uma ferramenta adequada às necessidades do Departamento; que a PROCEMPA não se insere na questão por tratar-se de contratação de sistema especializado na área de investimentos; que permaneceu o mesmo valor anteriormente contratado pelo período de um ano; e que o indexador provavelmente será o IPCA, que é o padrão utilizado na PMPA. O conselheiro Rigotti colocou que este sistema é somente para acompanhamento dos fundos de investimentos e que virá ao Conselho o processo da compra da mesa digital de operações, que está sendo adquirida via Banrisul, cuja operacionalidade permite o registro da hora, de quem partiu a ordem e em quais papéis foram efetuados os investimentos. O presidente colocou em votação o relatório, que foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Na seqüência, passou-se ao segundo ponto da pauta, apreciação do relatório da Comissão formada pelos conselheiros, Maris Regina Vieira Honaiser, Eduardo Kreuzer e Alexandre Salgado Marder, referente ao processo nº 009.002177.11.0, que versa sobre a celebração de convênio entre o PREVIMPA, a Associação Gaúcha de Instituições Públicas (AGIP) e IPERGS, com vistas a formalizar parceria para a realização do “Congresso Previdenciário Gaúcho”. A conselheira Maris procedeu à leitura do relatório, que apresentou a seguinte conclusão: *“Face ao exposto, somos favoráveis à consumação*

51 *do convênio com a recomendação de que quem assine tal documento pela AGIP seja a pessoa*
52 *habilitada, ou seja, o presidente executivo da Associação. A Comissão constatou, ainda, que*
53 *embora a sede da AGIP seja em Novo Hamburgo/RS, entendemos ser conveniente, por questão de*
54 *zelo, que seja juntada a certidão negativa do ISSQN em Porto Alegre/RS. Por fim, alertamos para*
55 *que seja atendida a recomendação da ASSEJUR referente à juntada da declaração do artigo 16 da*
56 *LC 101/2000 (fl.44)”. Feito isso, o presidente colocou em discussão a matéria. Os conselheiros*
57 *discutiram o teor das três recomendações feitas no relatório da Comissão. O conselheiro Rigotti*
58 *explicou que as três recomendações já foram sanadas, pois o presidente da AGIP virá assinar o*
59 *convênio e já foi providenciada a certidão negativa do ISSQN. O conselheiro Brum disse ser*
60 *extremamente prudente a preocupação com a certidão negativa do ISSQN, não somente na sede da*
61 *AGIP, em Novo Hamburgo, mas também em Porto Alegre, local onde será realizado o evento.*
62 *Também disse que preocupa a essência desse convênio, questionando qual é a conveniência de se*
63 *realizar conjuntamente com o IPERGS o congresso previdenciário, argumentando que o*
64 *PREVIMPA não possui interface com aquele Instituto. A conselheira Maris explicou que os três*
65 *órgãos, PREVIMPA, AGIP e IPERGS, têm interesses convergentes por serem órgãos de*
66 *previdência e também, o desembolso do IPE será igual ao do PREVIMPA. O conselheiro Rigotti*
67 *colocou que o PREVIMPA já elaborou seis Seminários sobre a questão previdenciária, e por causa*
68 *dessa cultura de RPPS, foi procurado pelo IPE e pela AGIP para fazerem o evento conjuntamente.*
69 *Embora a questão do IPE seja delicada, porque estão discutindo a implantação do RPPS no Estado,*
70 *unindo forças, a dimensão do evento é maior, dando visibilidade dessa cultura previdenciária à*
71 *sociedade gaúcha. Salientou que o IPE está fazendo oitenta anos, e só prestigia o PREVIMPA,*
72 *mesmo com administrações diferentes, fazermos o evento com eles, e também porque na prática*
73 *haverá a soma de recursos e a AGIP possui estrutura para a captação de patrocinadores. O*
74 *conselheiro Adeldo disse que o evento compartilhado reforça o caráter institucional e faz um*
75 *intercâmbio entre os dois principais gestores de previdência do Estado. Salientou que o que se busca*
76 *é a qualificação dos gestores e a disseminação da questão previdenciária. Encerrados os*
77 *questionamentos, o presidente colocou em votação o relatório da Comissão, que foi aprovado pela*
78 *unanimidade dos conselheiros presentes. Passou-se então ao terceiro ponto da pauta, apreciação do*
79 *contrato firmado pela PMPA com a CEF. A conselheira Sueli fez um questionamento ao*
80 *conselheiro Dionello, de como ficaram as reivindicações que foram colocadas pelo Conselho*
81 *quando da apreciação do termo aditivo ao contrato da Caixa. O conselheiro Dionello explicou que*
82 *esse contrato foi negociado com vários partícipes no âmbito do Município, e que o contrato diz que*
83 *a Caixa deverá prestar um bom trabalho, em condições, no mínimo, iguais às ofertadas aos demais*
84 *clientes da Instituição e qualidade compatível com o mercado. Todas as recomendações do*
85 *Conselho poderão ser levadas à Caixa, e se não forem cumpridas as cláusulas, o Município poderá*
86 *utilizar-se das prerrogativas existentes no contrato para promover a sua rescisão. O conselheiro*
87 *Kreuzer disse que o primeiro contrato previa isenção de tarifas, e perguntou como ficou essa*
88 *questão no presente contrato. O conselheiro Vargas disse que o Inciso III, da cláusula terceira já*
89 *contempla algumas isenções. A conselheira Maris disse ter observado que não constou no contrato a*
90 *data de quando os recursos do regime capitalizado serão repassados ao PREVIMPA, constando*
91 *apenas, que serão repassados conforme a necessidade. O conselheiro Rigotti esclareceu que vai*
92 *fazer o pedido do ingresso do recurso no PREVIMPA ainda neste mês. A conselheira Maris*
93 *solicitou que seja informado ao Conselho quando ingressar o recurso. O conselheiro Adeldo colocou*
94 *que deverá haver um compromisso do Governo de divulgar aos servidores quais são os seus direitos*
95 *em relação aos serviços prestados pela Caixa. Alertou que nas recomendações feitas pelo*
96 *Colegiado, ficou faltando o prazo máximo que os terminais possam ficar desativados, haja vista que*
97 *com frequência alguns terminais ficam desativados por várias semanas. O conselheiro Vargas*
98 *ponderou que um dos atrativos que a Caixa colocou para a renovação do contrato foram os recursos*
99 *destinados às obras de recuperação do prédio do Cine Imperial, e que o § 6º da cláusula sétima*
100 *determina que o descumprimento pela Caixa das obrigações assumidas, motiva a rescisão do*
101 *contrato. O conselheiro Dionello explicou que a Caixa estará disponibilizando a lista de pontos de*
102 *atendimento no litoral, e que a simples constatação de que tal ponto não funciona, a reclamação*
103 *poderá ser encaminhada à Caixa. A conselheira Sueli solicitou que fosse informado a todos os*

104 Municípios que o contrato com a Caixa foi renovado. Esgotada a discussão, o presidente disse que
 105 a Mesa considerou positivo pautar esse tema e sugeriu que seja redigido um documento do
 106 Conselho, onde depois de ter sido visto o que é de direito dos servidores, aposentados e
 107 pensionistas, encaminhará algumas recomendações à Caixa. Colocou da necessidade de fiscalização
 108 pelos servidores do cumprimento das obrigações pela instituição bancária, ajudando assim que se
 109 faça a boa gestão do contrato. O conselheiro Rigotti disse que se poderá colocar uma urna de
 110 sugestões na Central de Atendimento do PREVIMPA, com vistas a acompanhar a satisfação dos
 111 usuários em relação a prestação do serviço pela Caixa. Para a pauta da próxima reunião ficou
 112 acordado que será feita uma explanação pelo conselheiro Pedro Luís Martins sobre a percepção
 113 simultânea de horas-extras e regime especial de trabalho e a incorporação aos proventos. Também
 114 ficou acordado que entrará em pauta nas próximas sessões, os temas: demandas judiciais do
 115 PREVIMPA e aposentadoria por invalidez. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão,
 116 às 11:22h (onze horas e vinte e dois minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim
 117 Adelto Rohr, Secretário ad hoc e pelos demais conselheiros presentes.
 118
 119

120 Pedro Luis da Silva Vargas - Presidente Adelto Rohr – Secretário

124 Alexandre da Fontoura Dionello Etel dos Santos Lopes

128 Manuel Roberto Escobar Francisco José Menezes da Silva

132 Alexandre Salgado Marder Sueli de Fátima Mousquer

136 Gilmar Cardozo dos santos Hailton Terra de Jesus

140 Ricardo Zucareli Pulvirenti Pedro Luís Martins

144 Eduardo Kreuzer Luiz Fernando Rigotti

148 Maris Regina Vieira Honaiser Marisa Ney Santos de Pinho

152 Marilena Ruschel da Cunha Sérgio Luiz Brum

156 José Marcelino Heck